

LURDES PINTASILCO FAZDU EM EXCLUSIVO AO JRP

23.9.79

Fundação Cuidar o Futuro



«LUTAREMOS CONTRA A ABSTENÇÃO ATRAVÉS DA ACCÇÃO DO GOVERNO»

O primeiro balanço de um Governo faz-se ao cabo de cem dias. Mas, quando o Governo presidido pela eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo atingir os cem dias, está praticamente terminado o seu tempo de vida. A circunstância em que se formou constitui, de facto, o limite da sua permanência.

Por experiência vivida com anteriores executivos, nem sempre é preciso muito tempo para se deixar uma determinada marca de acção governativa. Que marca deixará este Gabinete de Lurdes Pintasilgo, numa altura em que os portugueses se preparam para uma nova opção eleitoral?

Certamente não pretenderá ser o Governo que fez mais um agravamento do custo de vida, por mais doloroso que isso tenha sido para os seus membros, nem o Governo de «muitas palavras e poucas obras»...



Personalidade comunicativa e bem disposta, Maria de Lurdes Pintasilgo está a procurar criar um estilo de diálogo directo com o país, através da facilidade que tem de se relacionar com os outros.

Mas, quando muitos dos seus interlocutores, daqui por algumas semanas, quiserem ver resultados das inúmeras solicitações feitas, será sem dúvida um momento delicado a que qualquer governante não pode furtar-se.

Na entrevista que agora concedeu ao «Jornal de Notícias» — o primeiro grande depoimento à imprensa portuguesa — em que abordou varias questões de fundo, como a Reforma Agrária, o Sector Empresarial do Estado, a Comunicação Social, etc., a primeiro-ministro falou, também, das dificuldades que não conseguirá vencer neste curto percurso.

A CONJUNTURA EM QUE NASCEU O V GOVERNO

JN — A sr.^a eng.^a, há cerca de um ano, constava já da lista dos candidatos a S. Bento e admitiu, nessa altura, que havia ideias feitas sobre o seu perfil político que constituíam maior obstáculo à sua escolha do que a composição do seu Governo. O que é que se alterou num ano a seu favor?

MLP — O que se pode dizer é que o que se alterou foi de certa maneira a independência da escolha do sr. presidente em relação a esse tipo de factores que, no entender de algumas forças políticas, caracterizavam o meu perfil. Posso dizer que onde houve alterações foi justamente nesse facto. Penso também que a conjuntura é totalmente outra. A conjuntura em que agora surgiu o V Governo é completamente diferente da conjuntura de há um ano atrás.

Há um ano atrás, o sr. presidente estava a escolher um certo Governo para durar. Um Governo que iria governar até que os partidos conseguissem estabelecer entre si um acordo que permitisse formar Governo. Isso exigiria, nessas condições bem concretas — e creio que isso foi determinante para a escolha que o sr. presidente fez —, uma pessoa que não tivesse nenhum recorte político no seu perfil. Além, claro, de ter as qualidades que as pessoas escolhidas pelo sr. presidente tinham. Mas penso que esse elemento era determinante. Aquilo que na altura o sr. presidente referiu, e que alguns partidos têm referido até agora como a «equidistância dos partidos». O que é um conceito político bastante difícil de definir. Tem quase que se pensar que a «equidistância dos partidos» é a ausência de qualquer opção política.

A conjuntura actual é completamente diferente. É uma conjuntura em que os partidos não encontraram a tal plataforma de acordo e em que, portanto, o perfil, ou a possibilidade de equidistância do primeiro-ministro em relação aos partidos, já se punha com carácter secundário. Creio que foi isso, basicamente, que provocou a decisão do presidente.

JN — Julga que o sr. presidente andou bem quando optou por governos com as características do III e IV constitucionais?

MLP — Bom. Como calcula, embora no nosso país nós estejamos a descobrir o gosto pela liberdade — isto é o prólogo da minha resposta — eu penso que há certo número de balizas ao exercício dessa liberdade. É uma baliza que há ao exercício dessa liberdade de resposta de um primeiro-ministro à pergunta que acaba de me pôr. É que não me compete julgar as escolhas feitas pelo presidente da República. A única coisa que um primeiro-ministro pode dizer, e que eu digo com toda a clareza, é que o sr. presidente da República punha determinadas condições à criação da maioria parlamentar permanen-

te, coerente e estável, e que, não tendo encontrado essas condições, foi, em cada uma das conjunturas, procurar as pessoas competentes, técnica e eficazmente capazes de realizar a função e basicamente independentes. Foi o critério de escolha do sr. presidente da República. Este critério há-de ter a aprovação de todos os portugueses e, portanto, também a minha, enquanto pessoa.

JN — De qualquer maneira, a sr.^a eng.^a disse a um jornal alemão (salvo erro o «Die Welt») que achava que o sr. presidente da República deveria abandonar, após o próximo acto eleitoral, a fórmula de um Governo maioritário, estável e coerente. Quando faz essa sugestão, significa que entende que falhou essa fórmula?

MLP — Tenho de clarificar o que o jornalista do «Die Welt» disse. Nós temos aqui a gravação de todas as entrevistas que eu dou e temos o original dessa entrevista, que foi dada em inglês. O que eu digo é que, justamente porque não foi possível satisfazer essa condição, é que o sr. presidente da República decidiu dissolver a Assembleia para encontrar novo equilíbrio de forças: ver qual iria ser a vontade do povo português neste momento preciso. E, nessa altura, disse que, portanto, baseada em afirmações anteriormente feitas pelo sr. presidente da República, nessas condições, as premissas que estavam de pé para uma determinada constituição da Assembleia da República não ficam necessariamente de pé após uma consulta imediata à população. E isso que está em causa. Aliás, o sr. presidente da República disse-o. Não inventei, nem é uma especulação da minha parte. Embora a lógica também leve à mesma conclusão.

CONTO COM O APOIO DO PRESIDENTE

JN — De qualquer maneira, espera contar com o apoio do sr. presidente da República até ao fim?

MLP — Essa pergunta é sempre muito engraçada — a questão do apoio de um presidente em relação a um primeiro-ministro. O presidente da República, ou quer, ou não quer, o primeiro-ministro. Se, na sua opinião, o primeiro-ministro está a exercer de forma capaz e segundo aquilo a que se comprometeu, a gerência da política do país e da administração — que é o que lhe cabe enquanto chefe do Executivo —, o sr. presidente da República, necessariamente, tem com certeza uma atitude de apoio. Na altura em que não tiver, o sr. presidente da República tem toda a possibilidade de demitir o Governo e exonerar o primeiro-ministro. Nesse sentido, a minha resposta [de uma certa perplexidade perante a pergunta que, aliás, não é a primeira pessoa a pôr nem são só os jornalistas a pô-la] é que entendo que devemos tornar cada vez mais simples e mais cristalina a relação entre os órgãos de soberania. Evidentemente, um primeiro-ministro é escolhido pelo presidente da República e, na altura em que o presidente considerar que o primeiro-ministro não cunipre aquilo a que se comprometeu, ou, eventualmente (acho que uma circunstância dessas também é possível), as forças sociais criam uma tal dificuldade a um Governo que ele não pode governar, o sr. presidente da República tem toda a possibilidade de exonerar o primeiro-ministro.

Isto é um aspecto objectivo, legal, jurídico-constitucional. No entanto, é certo que há, depois, o aspecto inter-subjectivo: o que se passa nas relações entre o presidente e o primeiro-ministro. Aí, há sem dúvida um elemento de apoio moral. Se quiser, da confiança expressa, da aceitação das sugestões e da aprovação das decisões tomadas. E, nesse sentido, acho que pos-



so dizer que conto com o apoio do sr. presidente da República.

PORQUE NÃO É MAIOR O AUXÍLIO ÀS PME

JN — Ainda voltando à questão do seu Governo, portanto fazendo uma análise àquilo que, até agora, tem sido a sua acção, em que sectores tem sentido ser mais frágil a acção do Governo?

MLP — A acção do Governo ainda está no princípio. Ainda não tem um mês de acção real, na medida em que a discussão do Programa nos ocupou até ao dia 19 de Agosto. Portanto, não tem sequer um mês.

Eu penso que, neste momento, onde a acção do Governo é mais difícil é em todos os sectores simultaneamente sociais e económicos, onde o espartilho, se posso chamar assim, do Orçamento Geral do Estado nos impede de fazer transformações fundas. Isto diz respeito não só aos direitos sociais da população, que precisariam nesta fase de um arranque muito importante.

Refiro-me à habitação, à saúde, a tudo que é cobertura social, através dos esquemas existentes de segurança social, e às leis de trabalho. Em todo este domínio a população teria o direito de exigir, penso eu, uma série de medidas que respondessem ao seus direitos sociais e que nós não podemos satisfazer justamente pela limitação do Orçamento Geral do Estado.

Mas não é apenas aqui que há o estrangulamento. Igualmente grave, embora sentido de outra maneira, é o estrangulamento que diz respeito ao apoio que era indispensável dar nesta fase às pequenas e médias empresas, algumas em situação muito difícil. E tanto mais difícil quanto mais os tais direitos sociais forem satisfeitos, porque isso corresponde a aumentos de salários, maior cobertura para a segurança social, etc.

Aí, portanto, haveria que garantir condições de crédito bonificadas para as pequenas e médias empresas. E, por outro lado, haveria também que procurar, através do crédito, todos os meios que permitissem aumentar a produção agrícola, que é sem dúvida um dos objectivos dominantes deste Governo, ainda que de curta duração.

Ora, a nossa actuação tem que ser necessariamente frágil, também neste sector, em virtude dos constrangimentos de ordem económica e financeira, visto que estamos a governar com pedindo audiências para a resolução de problemas que lhes dizem respeito. A sr.^a eng.^a pensa que o Governo jogará, na capacidade de resposta a essas solicitações, parte da sua credibilidade? As suas deslocações, agora programadas, tentarão responder a essas questões de algum modo?

MLP — Eu gosto muito que tenha posto essa pergunta, porque corresponde muito a uma das minhas preocupações. É que, quando as associações que se dirigem a qualquer membro do Governo, ou mesmo ao primeiro-ministro, expõem um certo número de problemas, é muito interessante verificar — como agora verifiquei nesta deslocação à Beira — que as populações também têm sugestões. As pessoas não têm apenas reivindicações a fazer, mas têm também sugestões, da maneira como isso podia ser feito.

Ora, isto põe-nos numa pista que eu julgo poderemos encetar, embora, dada a limitação de tempo, não possamos dar toda a força que eu gostaria noutras condições, e que é a de organizar a resposta institucional do Estado às carências das populações, não só em termos dos «olá-fcnds» económicos e da possibilidade de jogar com os recursos económicos do Estado, mas em termos das medidas qualitativas que permitem transformar as condições de vida das pessoas.

Há vários aspectos em que é relativamente fácil trabalhar nesse sentido, mas isso supõe também que todo o aparelho administrativo compreenda isso. Ora, um Governo de poucos meses como é este luta, para além da boa vontade visível dos funcionários, com o inimigo que pertence ao inconsciente da máquina administrativa e que é justamente o receio de uma aventura que vai durar muito pouco tempo. Ora, não se trata de uma aventura. Acho que, realmente, se trata de uma outra maneira de conceber, não só o acto governativo, como também a administração pública.

Penso que algumas coisas se podem fazer. Vou dar-lhe um exemplo, com esta viagem de trabalho à Beira. Por exemplo, entre as questões que foram levantadas, foi posto o problema de os incêndios terem atingido as proporções que atingiram porque os pinhais estão sem nenhum ordenamento. Os pinheiros estão muito perto uns dos outros, o mato não está limpo, não há os estradões que separam as várias zonas florestais, etc.. Ora bem: os serviços públicos, como se trata de uma zona de minifúndio e de propriedade privada, na sua totalidade, não têm nenhum direito de intervenção. No contacto directo com as populações e com os presidentes das câmaras, este problema foi ventilado e, ao pedido das populações que se abrissem os tais estradões e que se realizassem algumas dessas acções de base, os membros do Governo presentes tiveram de responder que nós não tínhamos autoridade para o fazer.

Mas, depois, as próprias populações pediram que isso se fizesse. Disseram: «Mas nós podemos associar-nos, fazer saber à Câmara que todos os que temos propriedades privadas naquela zona estamos dispostos...», digamos que é uma espécie de contrato de nível local (ou, se quiser, regional) que se pode estabelecer entre as populações daquelas zonas através das autarquias ou de outras associações que venham a formar, com o Governo, em que, nessa altura, nós podemos fazer o trabalho que é indispensável para aquela zona: isto é, um trabalho que era de engenharia e que poderá ser feito da colaboração com a Engenharia Militar, através das Forças Armadas. Já tive ocasião de discutir isso com o sr. presidente da República (necessariamente serão consultados os chefes dos Estados-Maiores, sobretudo o chefe de Estado-Maior do Exército) e, em princípio, não há nada que impeça a colaboração da Engenharia Militar num caso destes. Está a ver, é uma maneira que eu chamo de ordem qualitativa. Não vai sobrecarregar o erário público. No entanto, é preciso encontrar a resposta para a situação concreta local.

Mas a sua pergunta é se o Governo jogava nestes contactos a sua credibilidade. Eu penso que joga a sua credibilidade a muito curto prazo (falar de curto prazo num Governo que já tem um prazo curtíssimo é dizer quase no imediato). A resposta tem que ser aqui e agora. Mas eu devo dizer-lhe que, mais que a credibilidade do Governo, preocupa-me a situação real das pessoas. O que me preocupa e o que me interessa é que sejam dadas respostas, hoje, às pessoas que põem problemas (tem este exemplo muito concreto e há muitos outros) e que se encontrem soluções que possam, de alguma forma, abrir caminho para os governos que venham a seguir poderem utilizar o mesmo tipo de solução pragmática, que não tem nada de transcendente e muito menos sequer de ideológico. É uma tentativa de resolução pragmática dos problemas.



ALGUNS JORNAIS SÃO PAPEIS ONDE SE DEBITA ÓDIO

JN — Relativamente aos órgãos de informação acha que já se deu um salto qualitativo? O presidente da República, na sua última comunicação, penso que em consonância com as ideias que tem defendido, declarou que compete ao Estado defender que a informação seja fidedigna e, quando não for, permitir que o povo disponha de elementos para compreender a intencionalidade da distorção. Como irá acontecer tal na prática, ou seja, o Estado fazer compreender a intencionalidade da distorção, e a que meios pensa recorrer?

MLP — É óbvio que não é a censura administrativa. Nós ainda não elaborámos nenhuma conclusão, nem projecto de resolução que nos permita dizer o que é que o Governo neste momento decidiu exactamente em relação aos órgãos de comunicação social. E isto até, se quiser, por uma deficiência da minha parte. Porque eu, como sabe, não estava a viver cá e só lia regularmente um ou dois semanários e, quando podia, um jornal diário, dada a sobrecarga de trabalho, devido a preocupações com que estava na representação do nosso país na UNESCO.

É certo que ouvia muitos comentários à nossa comunicação social. Mas uma coisa é ouvirmos e apenas vermos de vez em quando alguma referência totalmente falsa às notícias que me diziam respeito — invariavelmente falsas, descaradamente falsas. Nomeadamente, por exemplo, havia um semanário que, sistematicamente, com um pseudo correspondente em Paris, dizia que eu não tinha nenhum apoio dos países ocidentais. E era curiosíssimo. Uma vez, estava numa reunião do Conselho Executivo da UNESCO e passei ao meu colega alemão a notícia de um jornal. Ele lê português e começou a escrever uma carta que queria mandar para o dito semanário, com a posição dos países ocidentais a meu respeito. Foi uma brincadeira entre nós e apenas a refiro a título de brincadeira. Tive a ocasião de verificar que o que me dizia respeito era quase tudo falso: mas, como não via toda a informação, quis também, eu própria, estar aqui e mergulhar na informação quotidiana, que é imensa.

Nós somos o país da Europa com maior número de jornais diários, de tiragem nacional. Claro que na França e na Alemanha há vários jornais regionais de grande tiragem. Mas, nos jornais de distribuição nacional, nós batemos o recorde. Não sei o que é que mostramos exactamente, mas pelo menos mostramos um sentido bastante curioso das realidades, num país onde ainda há mais de 30% de analfabetos. E isto é um trabalho. E eu, mesmo agora, não consigo ler tudo.

Do que leio, faço uma verificação semelhante à que o sr. presidente da República faz. Sobre tudo verifico uma total ausência, na grande maioria dos órgãos de informação, de regras fundamentais, que são científicas, não são regras morais. Por exemplo: a distinção entre a crónica e a reportagem; a distinção entre a informação e o artigo

de opinião; a distinção entre o ensaio e o editorial; etc.

Sabe muito mais disto do que eu e, portanto, sabe as numerosas categorias em que se divide a prosa dos meios de comunicação. O que tenho verificado é que nada disto está claro. Todos estes tipos de comunicação têm contornos muito diluídos, não responsabilizados. Num jornal inglês ou norte-americano; os artigos ou as crónicas têm, logo à cabeça, o nome de quem as escreve e imediatamente alguém se responsabiliza por aquilo que se diz. Pode-se logo perceber se se está ao nível meramente factual, ou de opinião.

Tenho vindo a verificar que existe essa dificuldade de formação profissional aqui no nosso país e julgo, por isso, que o problema primeiro é o da formação profissional. Em meu entender, isso devia de alguma forma ser tratado o mais rapidamente possível, quer pelos representantes dos órgãos de comunicação social, quer pelos organismos sindicais correspondentes, de forma a que os profissionais tivessem acesso a uma formação profissional acelerada e actualizada. Para mim, é um ponto mais importante do que o das Intenções morais. Embora o das Intenções morais seja também muito importante.

Não há dúvida de que não podemos falar em comunicação social quando os jornais são os papéis onde qualquer pessoa que sabe ler e escrever vai debitar o seu ódio, ou, enfim, as calúnias que entende sobre as pessoas que não lhe convêm ou que não lhe interessam. Evidentemente, não podemos dizer que é um órgão de comunicação social. É um monólogo lançado para o ar. Penso que é um problema muito mais geral de mentalidade, se quiser, de honestidade intelectual, pura e simplesmente.

Nós estamos a trabalhar nesse sentido e penso que será possível, em conjunto com os representantes dos órgãos de Comunicação Social e representantes sindicais, tentar ainda estabelecer uma espécie de protocolo de acordo relativamente a um certo número de normas deontológicas que importa salvaguardar, no sentido de não serem ampliadas desnecessariamente determinadas notícias que causem pânico, que são alarmistas, e tão pouco de serem reduzidas à sua expressão mais simples notícias que não são significativas. Tentaremos, portanto, no período que se vai aproximar, pre-eleitoral, ter um certo acordo entre profissionais da informação e o Governo, quanto às balizas que determinam a deontologia.

Como nós não temos um estatuto de profissional de informação necessariamente que encontramos todas estas dificuldades. No entanto, queria dizer que, antes disto tudo, há uma condição prévia que é pôr em funcionamento, a funcionar, as leis que existem, relativamente à liberdade de imprensa, à Rádio e à Televisão. Desde que, do ponto de vista normativo, as leis estejam a funcionar e, do ponto de vista institucional, sejam criadas as estruturas que lhes dão execução, penso que temos aí uma garantia já muito forte.

Por exemplo, para citar um segundo ponto, o direito de resposta não é praticamente usado, nos jornais portugueses. E não é usado porquê? Porque muitos dos jornais portugueses extrapolam e fazem uma coisa que, do ponto de vista do Direito Internacional, não é legítimo: o direito de resposta acaba por ser completamente camuflado e envolvido pela resposta do primeiro. E a maior parte das pessoas (eu própria começo a compreendê-lo) sabendo que, do outro lado, há sempre a possibilidade de contra-argumentação, desiste de utilizar o direito de resposta. Penso que isto é uma violação de uma liberdade fundamental e quem a está a fazer são os órgãos de comunicação.



POSSUIMOS AS LEIS E NÃO AS POMOS EM PRÁTICA

JN — A sra. eng.ª disse há pouco tempo que o Conselho de Ministros decidiu tomar medidas de fundo para o sector empresarial de Estado. Isso querará dizer que a política seguida até agora falhou? Vamos ter grande mudança nesse sector? Em que termos?

MLP — O que nós temos em Portugal, em muitos sectores, e este não é distinto do que acabámos de falar, é que possuímos as leis e não as colocamos em prática. Evidentemente que o sector empresarial do Estado requer um cuidado muito especial, em termos de gestão. Para já, pela importância dos bens ou serviços que produz. Por outro lado, porque nesse sector está, afinal, a capital potência de todos nós. Daí que o Estado tenha de ter um especial cuidado na gestão, visto que é o Intendente, por assim dizer, dos bens do povo. Nessa intendência cabe, sem dúvida, ao Estado zelar por essa gestão.

Isto não significa medidas radicais completamente ao arrepio das leis existentes. Não! Significa apenas fazer funcionar as leis. Por exemplo, o sector empresarial como o sector público e como o sector privado têm que ter as contas da sua gerência em devido tempo, de forma transparente, e têm que aplicar à empresa as regras fundamentais de eficácia, de rentabilidade e de produtividade que exigimos, com certeza, ao sector privado. E ainda porque o sector público, pelo facto de ser público, não pode auferir de benefícios que o sector privado não tem. Portanto, há uma acção a realizar no sector empresarial do Estado, que tenda a responsabilizar, cada vez mais, aqueles que trabalham nesse sector. E não, como se podia supor, chamar para o Estado essa responsabilidade. Como sabe, alguns sectores empresariais do Estado são anteriores, não só à formação da Constituição, como ao «25 de Abril». E muitas vezes se criou a mentalidade que, fatalmente, as empresas públicas são empresas que dão défice e que o Estado nessa altura o cobre com o Orçamento Geral do Estado. Ora não pode ser assim. A exigência fundamental que se põe é uma exigência de gestão adequada e de não desperdício no seio das empresas.

Há toda uma mitologia relativa ao Estado que eu acho muito curiosa, que muitas vezes começa no próprio Governo e que depois se repercute no aparelho público, na administração pública, se estende às empresas públicas. É uma mitologia com uma certa suntuosidade, que nos ficou de outros tempos. A empresa privada, quando é uma empresa dinâmica, de facto não tem isso. Está muito mais virada para a utilização de meios económicos, porque já se sabe: se gastar, no fim do ano as contas mostram-no claramente. Ao passo que a máquina pública, sobretudo se é muito grande e anónima, tende a pensar que há sempre algures uma cobertura. Ora esse espírito tem de alguma maneira de ser corrigido, e a todos os níveis.

IMPORTA LUTAR CONTRA O DESPERDÍCIO

JN — Mas, por exemplo, as empresas públicas nunca vão à falência...

MLP — Ai está! Está a tocar exactamente num dos pontos fundamentais. Nunca vão à falência, até pela definição de empresa pública.

Nessa altura havia a rotura da produção de bens, ou serviços, que são considerados fundamentais. Mas, justamente porque nunca vão à falência, têm de ter um sistema interno de autocontenção. Tem de ser contidas internamente.

JN — Mas o Estado tem sido pouco rigoroso nisso...

MLP — Não lhe posso dizer que o Estado é pouco rigoroso por qualquer deficiência ou desonestidade. Não é disso que se trata, mas de uma aceitação de que as coisas são assim e funcionam desta maneira. Como lhe digo, pela extrapolação do que se passa na administração pública. Vou-lhe dar um exemplo muito simples, mas que é qualquer coisa que me choca sempre mais do que um sistema capitalista.

Em qualquer departamento público, alguém está a ler um papel e diz «agora não tenho tempo... tire-me aí uma fotocópia». Ora, se for a qualquer serviço público e verificar as fotocópias que estão nas secretárias das várias pessoas, vai descobrir que essas fotocópias nunca foram lidas, não são lidas, nem serão lidas. Quer dizer, há um desgaste enorme, um desperdício verdadeiro de bens. Dirá que isso é ridículo. Não é tão ridículo como isso. Uma folha de fotocópia fica cara. Sobretudo quando se tiram milhares de fotocópias que é o que está a fazer-se em todo o lado. E o problema não é só português. É internacional. É que as máquinas funcionam mais depressa que os homens e os homens só podem digerir uma certa quantidade de alimento mesmo visual. E o que acontece é que nós acabamos por ter um desperdício a todos os níveis, e que isto é apenas um exemplo, que é ridículo, mas que seria muito importante economizar, para sabermos o que poderíamos verdadeiramente economizar. Repare que não é por acaso que em muitos países europeus, em particular na França, neste momento em relação ao problema da energia, a luta maior é a luta contra o desperdício. E isto poderá parecer-lhe uma filosofia, se calhar salazarista, de «produzir e poupar». Não é exactamente a mesma coisa. Pelo contrário, é a noção de que a luta contra o desperdício supõe, do ponto de vista filosófico, uma noção da relação do homem com o trabalho e com o ambiente. Não temos o direito de nos deixar escravizar por certos elementos do trabalho que nos aparecem como invasores das nossas prioridades ou da nossa intimidade, e também não temos o direito de gastar a Natureza, através dos seus produtos, para fins que são totalmente inúteis. Há uma filosofia subjacente a isto. Não é apenas uma mera poupança.



NUNCA CHEGAMOS A TER CAPITALISMO A SÉRIO

JN — Concorde com os que têm sustentado que nos últimos tempos tem havido em Portugal uma política de recuperação capitalista?

MLP — Acho que não, porque julgo que nunca chegámos a ter capitalismo a sério. Em 1974, na altura da Revolução de Abril, nós estávamos num espaço económico que era o espaço capitalista e tínhamos meia-dúzia de empresas que funcionavam dentro das leis do mercado, mas, enquanto estrutura interna da economia, tínhamos duas realidades. Tínhamos os chamados Planos de Fomento, com uma estrutura capitalista, e que estavam articulados em termos de relacionamento entre oferta e procura (e, aliás, nos últimos anos com progressos notáveis nos modelos criados), mas tínhamos uma realidade que era pré-capitalista e na maioria das empresas era, ao fim e ao cabo, um regime feudal, que é completamente diferente do regime capitalista. Isto quanto à minha análise anterior ao «25 de Abril» e porque trabalhei na, então, maior empresa do país e o sistema era feudal, mais do que o sistema capitalista.

O que me parece que existiu a seguir foi uma tentativa de transformação de estruturas, que ainda não eram capitalistas, em estruturas colectivistas e, necessariamente, nem uma coisa nem outra funcionou de uma forma adequada.

O que tem havido ultimamente, e para voltar à sua questão, é uma tentativa — que se pode ver a dois níveis de funcionamento interno das empresas — de maior rentabilidade. Se a isso se chama capitalismo, parece-me relativamente curto. Por outro lado, uma questão que se tem posto, é não quanto à reprivatização de alguns meios de produção, mas quanto à desintervenção que foi permitida. O decreto que foi feito logo nos primeiros governos provisórios quis atender à situação das pequenas e médias empresas que, com o aumento do salário mínimo — que na altura era insignificante, pois os salários eram baixíssimos — tiveram como que uma explosão interna que as levou quase à beira da falência. E como não se queria perder essa fonte de dinamismo e energia, surgiu esse decreto com a possibilidade de intervenção nas empresas. Mas essa intervenção foi concedida de uma forma limitada no tempo, até que as empresas pudessem recuperar.

JN — Acha que o Estado deve ter o menor número de empresas?

MLP — Não tenho uma posição teórica sobre a matéria. Acho que o Estado deve transformar as empresas públicas em dois tipos de actividades. Primeiro, as bens ou serviços que dizem respeito à segurança nacional e que têm alguma coisa a ver com a defesa da soberania. Bom, isto é um dado adquirido em todos os países e, necessariamente, também no nosso. Depois, há uma outra gama de bens e serviços que em meu entender são sempre variáveis e não podemos dizer «a priori» que tal ou tal sector deve ser público. Isso dependerá da evolução da técnica.

Por exemplo, quando o velho Alfredo da Silva, o fundador da CUF, hoje Celmigal, começou a produzir adubos, o ácido sulfúrico que fabricava era altamente competitivo, dava imenso lucro e aquilo deu origem ao imenso grupo que era a CUF. Havia ali uma rentabilidade enorme. Claro, a técnica progrediu e além do ácido sulfúrico temos adubos, e depois começa a entrar-se aí outro tipo de produtos de outras indústrias muito diferentes.

Nesta fase, o ácido sulfúrico não dá lucro e, no entanto, é uma indústria de base. É natural (a não ser que se trate de um complexo industrial privado enorme e só em grandes espaços como nos Estados Unidos ou numa Europa completamente integrada se podia pensar nesses termos) que o Estado tome para si a responsabilidade desses sectores básicos e em relação aos quais não há um lucro imediato, deixando-se pois à iniciativa privada tudo aquilo que é a ramificação desse sector. Isso faz com que em 1930, 40 ou 60, quando estava ainda na CUF, valia a pena que o ácido sulfúrico fosse indústria privada. Hoje não, deve ser do sector público.

AUMENTAR PREÇOS NÃO É POLÍTICA DE DIREITA OU DE ESQUERDA

JN — O Governo Mota Pinto foi criticado por não ter aumentado os preços. Foi, também, atacado por fazer uma política da Direita. Aumentar os preços é uma política de Direita ou de Esquerda?

MLP — Nem é uma coisa nem outra. Aumentar os preços decorre de algumas destas coisas que temos estado a discutir. Podemos discutir se todas as empresas públicas que temos neste momento poderão ser ou não públicas. Podemos discutir se as condições internas das empresas são tais que justifiquem o aumento de preços que decorre da sua gestão interna (há sectores públicos onde os trabalhadores a todos os níveis de qualificação estão com quinze meses de salário e isto conta na gestão da empresa pública). E se a conclusão disto é aumentar os preços para todos os cidadãos, alguns dos quais não têm salário mínimo, isto põe uma grande interrogação. Portanto, é com esta interrogação que qualquer governo, de Esquerda ou de Direita, tem de se debater. Evidentemente, dir-me-á que não se pode ir contra direitos adquiridos. Pois não. Por isso é que há problemas, que não é com certeza este Governo mas que outros não podem deixar de considerar.

Claro que há outro factor relativamente ao aumento dos preços, que é a transformação mundial da economia. E não é só o aumento de preço do petróleo. É o facto de determinadas indústrias não terem escoamento no mercado mundial. As siderurgias são um dos sectores afectados, mas há outros sectores onde, por virtude da transformação da relação entre os povos e por virtude de novos produtos que entram no mercado, desaparece o interesse que têm.

Dá que surja neste conjunto de vasos comunicantes que é a economia mundial a necessidade de aumento de preços como agora se verificou. Evidentemente que não escondo que há outras formas de resolver o problema. Há, por exemplo, países como a Bélgica, a Jugoslávia e a Indonésia que foram capazes de viver durante um período limitado com uma taxa de inflação de mais de 100%. Simplesmente, para fazer isso, é indispensável que o país seja contido dentro das suas próprias fronteiras. É perfeitamente possível. É uma questão de fazer andar a máquina sobre si própria. Do ponto de vista da economia, até são possíveis soluções desse tipo, por um período limitado. Repare que há determinados momentos da História de um país em que uma solução destas é, até, a solução inadiável.

JN — Admite que isso em Portugal possa vir a acontecer?

MLP — Não! Não admito por muitas razões: porque estamos integrados num espaço europeu em que as relações são constantes e não devem ser travadas neste momento, sobretudo com o nosso pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia. Não julgo também possível, nem desejável, em virtude da nossa situação geográfica, e porque uma solução como esta tinha um sabor de limitação das liberdades individuais que só com



a mobilização das consciências e das vontades é que seria possível conseguir e fazer ultrapassar. Não considero nem viável nem desejável. Apenas quero apontar como exemplo.

REFORMA AGRÁRIA: HAVIA MUITAS COISAS FEITAS PELO TELEFONE

JN — Relativamente à Reforma Agrária, pensa activar o processo das expropriações e o da entrega das reservas poderá ser de algum modo entravado pela impossibilidade de fazer aquelas?

MLP — Nós viemos encontrar vários processos de devolução de reservas em curso, processos de exploração mas em relação aos quais não havia sequer «dossier» no Ministério. Havia muitas coisas que tinham sido feitas pelo telefone. Estava-se numa fase em que havia palavra dada, mas dada oralmente, quando muito com um ou outro documento que não podia, de modo nenhum, constituir neste momento a base de uma acção do MAP relativamente a essas entregas de reservas. No entanto, nós, como dissemos claramente no Programa do Governo, estamos a tentar cumprir integralmente a lei, e cumprir integralmente a lei significa que ela não tem desvios nem para um lado, nem para o outro, e que tudo tem de ser cuidadosamente observado. Nem sequer vamos tentar beneficiar uns em detrimento dos outros, mas estamos a tentar aplicar a lei com o rigor que exige embora isso seja muito difícil.

GOVERNO TEM DE SER MOTIVADOR DO VOTO

JN — Tenciona o Governo desenvolver algumas acções no combate ao abstencionismo?

MLP — Bom, toda a máquina montada em termos de preparação de eleições tem necessariamente o incitamento ao voto, que pertence à Comissão Nacional de Eleições. É ela a grande dinamizadora dessa acção.

O Governo apenas tem que facilitar à Comissão Nacional de Eleições todos os meios possíveis para que o incitamento ao voto resulte numa taxa de abstenções tão baixa quanto possível. Penso ainda — e disse-o na Assembleia da República — que toda a nossa actividade governativa neste tempo, tendo como mandato principal a preparação das eleições intercalares, tem ela própria de se tornar motivadora de voto.

Por isso mesmo, julgo que a acção de cada um dos membros do Governo, auxiliados pelos vários serviços públicos, e no sentido de estimular o voto, não em termos directamente do voto, mas do clima criado entre nós porque me parece que seria dramático se chegássemos às eleições intercalares com uma grande parte da população retendo para si própria as suas aspirações, os seus desencantos, e sem exprimir, de uma forma livre, aquilo que pensa. Julgo que

será sobretudo através da nossa acção governativa que nós tentaremos estimular o voto.

JN — Julgo que se recorda daquela cena da Assembleia da República, do discurso de encerramento do debate, em que chamou desonestos a alguns políticos que antes a criticaram. Depois, essa palavra foi retirada do texto distribuído aos jornais. Porquê?

MLP — Foi ao contrário. O texto é que estava sem a palavra. Tinha um texto escrito, depois, quando falei, dei uma volta à frase. E portanto a frase verdadeira é aquela que disse e que não retiro. Acaba de me dizer que dirigentes políticos me tinham criticado. Ora, a minha resposta não foi a dirigentes que me tinham criticado, foi a dirigentes que tinham tido a desonestidade intelectual — e volto a dizê-lo — de levarem para a Assembleia acusações sem nenhum fundamento e factor que eram perfeitas mentiras e sabiam que eram mentiras, nomeadamente a referência a pseudo-ligações ideológicas com o tenente-coronel Melo Antunes, a mentira flagrante de que não tinha o apoio do grupo

ocidental da UNESCO — o que é inteiramente falso. Foi um concerto de mentiras a que respondi com essa frase, que é o meu espanto perante homens que me habituara a considerar como sérios e dignos, a não utilizarem nem boatos nem factos que sabem serem mentiras, como argumentos para pressionarem a opinião pública.

UM POLÍTICO DEVE ENCARAR AS COISAS COM HUMOR

JN — No ano passado, afirmou que «são as pessoas, é a sua boa ou má disposição, são as relações que mantêm com as pessoas de outros quadrantes, são os múltiplos registos em que passam essas relações, desde o afectivo ao ideológico, passando pelo gastronómico, que parecem determinar o evoluir dos acontecimentos». Se ainda pensa assim, o que admite ser necessário para obstar a tal posição? Admite poder dar a sua contribuição para o evitar?

MLP — Acho que ainda mantenho, e até com uma dose de autocritica, que há momentos em que nós, na vida política, tomamos decisões e temos comportamentos que são excessivamente marcados pela nossa disposição dessa altura e que não são fundamentados por uma visão a longo prazo. Isso para mim espanta-me imenso. É certo que no dia-a-dia temos sempre as nossas razões os problemas de desgaste, etc., mas o que me parece indispensável é, para além da boa ou má disposição com A ou com B, funcionar o objectivo, o horizonte para onde a gente caminha, para onde o político quer caminhar, o que tem diante de si que lhe aparece como orientador da sua actividade. Parece-me que é essa perspectiva que sinto que falta muitas vezes.

Pergunta-me o que posso fazer em relação a isso... Bem prega Frei Tomás! Penso que a primeira coisa é justamente, também, quem tem a responsabilidade do Governo poder ter tempo suficiente de recuo para constantemente ver o que é importante e o que não é. Por exemplo, isso da boa ou má disposição.

Há políticos no nosso país que, naturalmente, ao lerem os jornais de manhã, veem tanta coisa que ficam bem dispostos por estarem a bater nos adversários ou mal dispostos porque estão a bater neles. Devo dizer com toda a franqueza que fico com pena se há mentiras, deturpações da informação (de que não são só responsáveis os profissionais da informação) mas devo dizer que não é isso que me tira a boa disposição.

Eu acho que um político, justamente por não ser guiado por essa boa ou má disposição, tem que encarar as coisas, também, com um certo humor e penso que isso é uma atitude fundamental. Depois, quando me pergunta o que penso fazer, é certo que, com os meus próprios colegas de Governo, isso é um objectivo muito importante. Numa altura em que estamos sujeitos a tanta pressão de acontecimentos e de aspirações contraditórias, é muito fácil que nos deixemos tomar por excessiva preocupação, por um aspecto ou por outro. Surga, às vezes, um certo cansaço relativamente às reacções de determinados sectores e penso que aí há uma atitude que é essa de humor que referi. Por outro lado, de certeza que o que quer que venha nos jornais, 24 horas depois já passou.



NÃO ENCARO A POLÍTICA COMO UM «MÉTIER»

JN—A sr.^a eng.^a afirmou numa entrevista a um jornal estrangeiro que a Esquerda via em si uma nova possibilidade. Julga que será assim ou que algumas vezes a Esquerda terá razões de queixa do seu Governo?

MLP—Isso foi uma interpretação de como a Esquerda estava a reagir. Para dizer, com toda a verdade, tenho bastante dificuldade em me movimentar nos critérios de Esquerda e de Direita no contexto português.

Basicamente, a Esquerda devia ser o conjunto de forças que baselam a sua «facies» política na convicção de que a mudança é possível e de que há sempre caminhos novos para a mudança. Ora nem sempre a Esquerda tem essa novidade.

A Direita, portanto, é mais pela manutenção do «statu quo» e por isso, ela, nalguns países, nos países bipolarizados, é equipacionada em termos de conservadora.

Foi exactamente isto que quis dizer. Pela minha própria maneira de ser e pela minha forma de encarar a política, que é uma forma não profissional, no sentido de que a não considero um «métier», já que considero que toda a gente em qualquer momento deve estar preparada para exercer funções políticas, entendo que devo ser uma pessoa aberta à mudança, não por si própria, mas à mudança para melhor, o descobrimento de caminhos novos; e foi nesse sentido que interpretei a atitude dos partidos de Esquerda na Assembleia.

Não penso que neste curto período de Governo os partidos de Esquerda mantenham sempre essa atitude, não faço ideia, nem sei sequer prever o que é que vai acontecer durante esse período.

Devo dizer que verifico que os partidos de Direita, nesta fase pré-eleitoral, utilizam mais o Governo do que os outros partidos como inimigo para fazer a sua campanha, o que me parece bastante curto de imaginação. Espero que os partidos de Esquerda não vão seguir a mesma tática, o que significaria que nós, portugueses, estamos longe da geração que fez as descobertas e que realmente já não sabem desenhurar. Não há, nem nenhum, nem sequer ao nível das eleições. Precisamos, na verdade, de encontrar outras formas, outras propostas, que não sejam apenas as de encontrar um bode expiatório algures, que nesse caso seria o Governo, para todos os partidos.



IR À ONU É UMA RAZÃO DE ESTADO

JN—Pensa que o facto de o PSD e o CDS terem participado nas audiências relativas aos aumentos dos preços significa uma evolução em relação à sua pessoa?

MLP—Em relação à minha pessoa, considero isso secundário, mas acho que foi muito positivo por duas razões. Por um lado, porque os partidos vieram participar num diálogo a que tinham direito e, em relação a um mês atrás, foi sem dúvida um progresso na cena política portuguesa, tanto mais que esse diálogo é necessário que seja continuado.

Em segundo lugar, porque penso também que durante esse diálogo foi possível conversar sobre as razões dos aumentos de preços, estruturas da economia, sector público, e devo dizer que as nossas opiniões em termos concretos e pragmáticos não diferiam substancialmente. Portanto, isso parece-me já também qualquer coisa de muito importante. Muitas vezes as pessoas são rotuladas, apenas porque... não sei, ou porque isso é fruto de uma determinada estratégia, mas acredito numa honestidade básica dos partidos e, portanto, na sua tentativa de encontrar soluções que sejam soluções nacionais.

JN—Há alguma razão de Estado forte para a sua próxima deslocação à ONU?

MLP—Há uma razão positiva, é que a minha nomeação despertou grande interesse em muitos países. Isso significou que estamos numa fase em que, por circunstâncias várias, aumentou de novo o interesse dos outros países de todos os continentes, dos mais variados regimes políticos, em relação ao nosso país.

Tendo aumentado esse interesse e havendo uma plataforma privilegiada para o confronto e o diálogo entre todos os países que é a Assembleia Geral das Nações Unidas, pensei que tinha mesmo obrigação moral, de algum modo, de testemunhar pela minha presença, e por aquilo que vou dizer, o que são as preocupações de Portugal, neste momento, perante as grandes questões da vida internacional. Para mim é uma razão de Estado.

JN—Mas não poderá ser apontado o facto de o Governo ter um tempo de vida limitado como um condicionamento, já que vai fazer um contacto que, depois, não terá sequência?

MLP—Aí é que está o ponto. O mais importante nesta Assembleia das Nações Unidas, contrariamente ao que dizem alguns políticos, não são as conversas de corredor nem as recepções. É, de facto, a presença na própria Assembleia, é aquilo que se lá diz. Isso, em si, é o acontecimento. Se no momento determinado, como agora é este, há um Estado, como é o caso de Portugal, que vai fazer um conjunto de afirmações sobre a sua política externa, que tem tido continuidade, desde o 25 de Abril, evidentemente que isso tem impacto e que tem para nós um significado, independentemente da duração do Governo. Não se pode mudar de política externa como se muda de Governo.

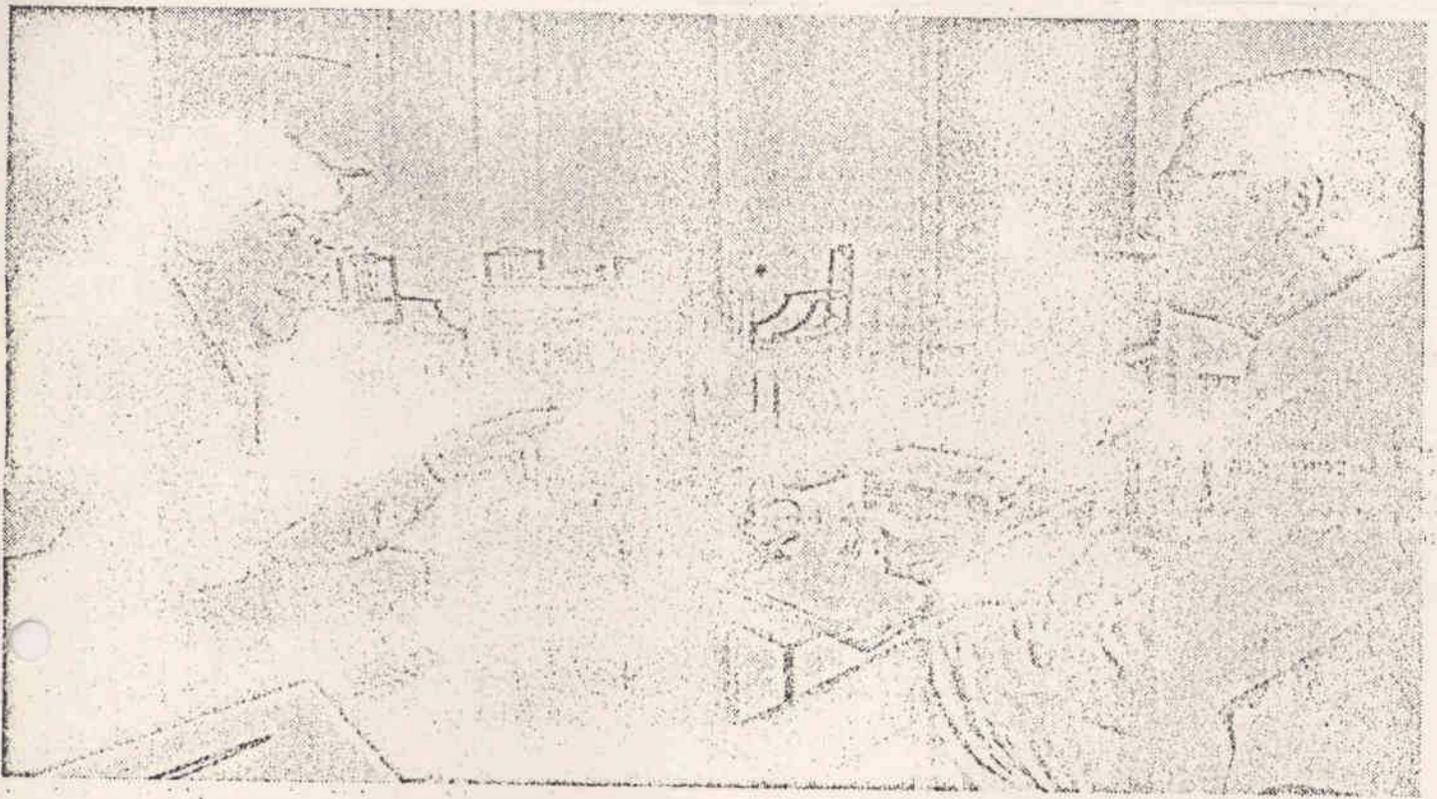
JN—Afirmou que se considerava subjectivamente exonerada a seguir às eleições. Significa que objectivamente poderá não o ser — e por quanto tempo? E significa que pedirá a sua demissão?

MLP—O que disse foi que subjectivamente considerava terminado o meu mandato. Objectivamente, foi a declaração de uma pessoa que não está interessada em mais nada senão em realizar este serviço no tempo para que foi necessário.

Na altura, verei com o sr. presidente da República, e, inclusivamente, em diálogo com outras forças políticas, qual a melhor maneira de dar tradução objectiva àquilo que é uma interpretação subjectiva. Ou peço a demissão, ou o sr. presidente da República me exonera.

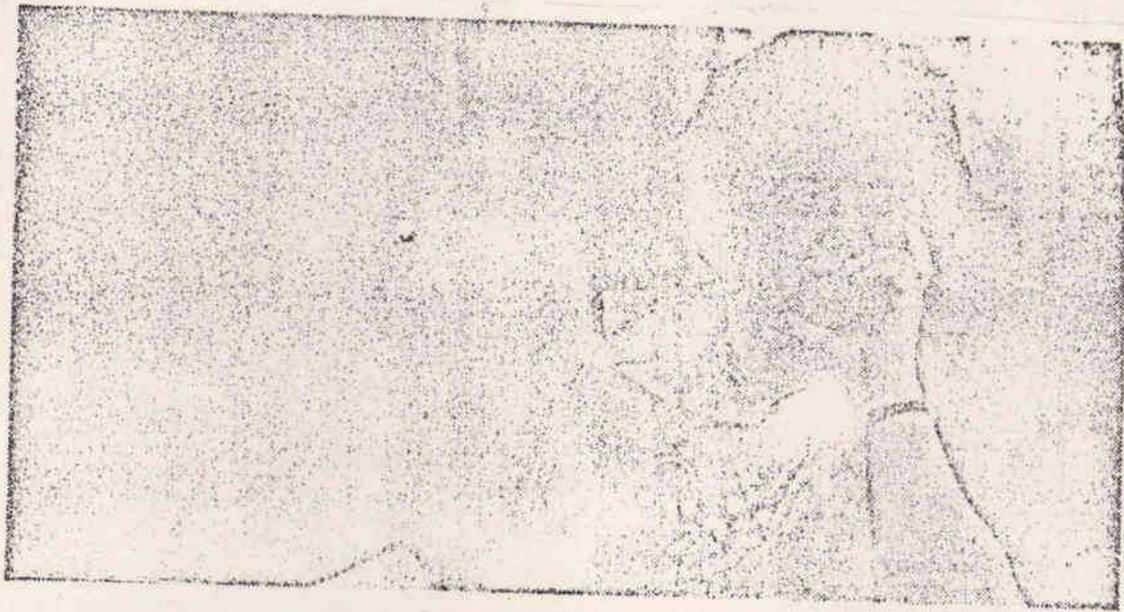


Fundação Cuidar o Futuro



Fundação Cuidar o Futuro





Fundação Cuidar o Futuro

